

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.115 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2000

CCJ aprova projeto que prevê o desarmamento da população

Texto torna o uso de armamentos privativo de um grupo restrito de instituições, como as Forças Armadas, órgãos de segurança e clubes de tiro. Os atuais proprietários de armas terão prazo de 360 dias para entregá-las ao poder público

Crimes contra a Previdência Social ganham nova definição

PÁGINA 4

Emendas ao Orçamento podem ter execução obrigatória

PÁGINA 4



Foi aprovado ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), substitutivo do senador Renan Calheiros que estabelece restrições para a fabricação, a venda e o uso de armas. A matéria será examinada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) antes de ser apreciada pelo Plenário.

PÁGINA 5

O projeto aprovado pela comissão veda a comercialização de armas de brinquedo que sejam capazes de "atemorizar a outrem"

CONSELHO APROVA PEDIDO DE CASSAÇÃO DE LUIZ ESTEVÃO

PÁGINAS 6 E 7

Jefferson, Juvêncio, Tebet e os advogados de Estevão na reunião, que terminou às 2h20 de hoje



Senadores destacaram o talento, a isenção e a dignidade profissional do criador da "Coluna do Castello"

PLENÁRIO RECORDA O JORNALISTA QUE SABIA TUDO SOBRE POLÍTICA

Carlos Castello Branco, que foi leitura obrigatória por mais de três décadas, faria 80 anos no dia 25.



PÁGINAS 8 E 9

CAS
Proposta fixa regras para pessoal nas agências reguladoras

PÁGINA 2

Congresso aprecia hoje 32 vetos presidenciais

PÁGINA 3

CAS examina gestão de recursos humanos em agência reguladora

O projeto de lei, já aprovado na Câmara dos Deputados e na CCJ do Senado, tem parecer favorável do relator, Romero Jucá

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje o projeto que trata da gestão de recursos humanos nas agências reguladoras. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que rejeitou as vinte emendas apresentadas na comissão.

O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, estabelece que as agências terão suas relações de trabalho regidas pela CLT e veda a seus empregados o exercício de atividades como gestão operacional de empresa e direção político-partidária.

Está prevista também a criação, no quadro efetivo das agências nacionais de Telecomunicações (Anatel), de Energia Elétrica (Aneel), do Petróleo (ANP) e de Saúde (ANS), quadro de pessoal específico, composto por servidores redistribuídos para as agências até a data de promulgação da nova lei.

O relator aprovou, parcialmente, emenda de José Fogaça (PMDB-RS) que permite a cerca de 40 ser-



Romero Jucá rejeitou as vinte emendas apresentadas à proposta

vidores e empregados oriundos de empresas federais, estaduais e municipais, requisitados pelo alto nível de conhecimento, optarem por permanecer nos quadros da Aneel.

A CAS também apreciará parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sobre emendas apresentadas no turno suplementar ao projeto que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes.



ACM RECEBE EMBAIXADOR DOS EUA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem a visita do novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Anthony Harrington. Apesar do caráter protocolar da audiência, o representante norte-americano aproveitou a oportunidade para trocar impressões com Antonio Carlos sobre as relações entre os dois países.

Voto de pesar pela morte do presidente sírio

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de pesar, apresentado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP), pelo falecimento do presidente da Síria, Hafez El-Assad, ocorrido no último sábado em Damasco, capital daquele país.

Adiada votação de projeto sobre empréstimos a municípios

Foi adiada para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a votação de dois projetos que autorizam os municípios brasileiros a contratar empréstimos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa.

O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é favorável à proposta, por entender que os empréstimos vão ter impacto positivo nas finanças municipais. Saturnino recomenda a aprovação do projeto, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), e considera prejudicada a proposta do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que trata do

mesmo assunto.

De acordo com o projeto de Bornhausen, o município que pedir empréstimo para fortalecer e modernizar a máquina administrativa será dispensado da obrigação de apresentar saldo nas

contas públicas e de fornecer certidões que comprovem a regularidade junto a fundos e programas previstos na Resolução 78 do Senado, como INSS e FGTS.

Saturnino informou que o governo já tem em mãos o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal (PNAFM), destinado a financiar as máquinas administrativas. Mas é necessário, argumentou, que o benefício seja estendido a um número maior de municípios, nas mesmas bases previstas no projeto.



Roberto Saturnino, o relator, é favorável à aprovação da proposta



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h — Preside sessão do Congresso Nacional.
Plenário da Câmara dos Deputados
12h30 — Recebe Luiz Vicente Cernicchiaro, acompanhado de membros da comissão especial para efetuar estudos sobre as medidas de proteção ao estado democrático de direito

PLENÁRIO

10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PRS nº 8/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa, tramitando em conjunto com o PLS nº 18/2000, que autoriza os municípios a contratarem operação de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas a implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; e Ofício "S" nº 28/2000, que encaminha ao Senado solicitação do governo do estado de Santa Catarina para cancelar o registro, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), de 170.000 Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina (LFTESC), de propriedade do Fundo de Liquidez da Dívida Pública daquele estado, emitidas para pagamento de precatórios judiciais, cujo valor, em 29.2.2000, correspondia a R\$ 402,8 milhões. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

15h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: audiência pública visando orientar o exame dos PLSs nºs 171 e 428, de 1999, que dispõem sobre as sociedades cooperativas; e nº 428/99, que dispõe sobre as regras gerais do Sistema Cooperativista Nacional, que compreende as cooperativas e seus órgãos de representação.
Convidados: os professores da Unisinos (RS), Virgílio Periuse; da Universidade de Ijuí (RS), Dinarte Belato; e Daniel Rech (CE); os presidentes da Coama (Campo Mourão — PR), Aroldo Galacini; da Aliança Cooperativa Internacional, Roberto Rodrigues; da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Dejandir Dalpasquale; da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), Alfeu Silva Mendes; da Francoop Nacional, Silas Brasileiro; da Francoop de Minas Gerais, Paulo Piau; e do consultor jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Odacir Klein. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 5/96, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Bela Vista para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Vista (MS); PDL nº 50/96, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Encruzilhadense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encruzilhada do Sul (RS); PDL nº 49/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os governos do Brasil e da Ucrânia; e Requerimento nº 309/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 18/2000 com os PLSs nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Renovadas concessões de emissoras

O Plenário do Senado aprovou decretos legislativos para renovar a autorização de funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Esperança Prudentópolis, de Prudentópolis (PR); Sombrasil Comunicações, de Cachoeiro do Itapemirim (ES); e Rádio FM Concórdia, de Três Lagoas (MS). O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que as decisões agora vão a promulgação.

Despoluição do Tietê entra na pauta de terça

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou que entrará na Ordem do Dia da próxima terça-feira projeto de resolução que autoriza o estado de São Paulo a oferecer contragarantia à União na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico daquele estado (Sabesp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O valor da operação é de US\$ 200 milhões, e os recursos serão destinados ao financiamento da segunda etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê. O requerimento de urgência foi enviado pela Comissão de Assuntos Econômicos e aprovado pelo Plenário.

Plenário expressa pesar por morte de médico goiano

Foi aprovado ontem requerimento de pesar pela morte, no último dia 13, do médico Orlando Arruda, fundador do Hospital Neurológico de Goiânia.

O requerimento foi assinado pelos três senadores da representação goiana: Iris Rezende, Maguito Vilela e Mauro Miranda, todos do PMDB.

Na justificativa, os senadores explicaram que o goiano Orlando Arruda foi o primeiro neurologista a atuar em Goiás e que o hospital, fundado por ele e outros colegas, se tornou referência nacional graças à competência dos pioneiros.

Congresso Nacional se reúne hoje para votar 32 vetos presidenciais

O projeto que cria o Estatuto da Microempresa e o que institui o seguro-desemprego para empregados domésticos estão entre as matérias vetadas total ou parcialmente

As votações do Plano Plurianual (PPA) e do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverão ocorrer somente na terça ou na quarta-feira da próxima semana, segundo informou a liderança do governo na Câmara. Na sessão do Congresso de hoje, marcada para começar às 10h, serão apreciados 32 vetos parciais ou totais aplicados pelo presidente da República a projetos aprovados pelo Legislativo.

A votação do PPA estava marcada para a última quinta-feira, mas

acordo de líderes a transferiu para esta semana, já que havia o risco de verificação de *quorum*. O novo adiamento deveu-se a dificuldades dos líderes em reunir os parlamentares numa semana de intensa atividade.

Entre os projetos vetados, no todo ou em parte, estão os de lei (da Câmara) tratando do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e do seguro-desemprego para os empregados domésticos, e o projeto de lei do Senado que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



Os deputados federais e senadores votarão o Plano Plurianual (PPA) na terça ou na quarta-feira da próxima semana

Senadores discutem limite de idade para ministro do TCU

O Senado realizou ontem o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Pela proposta, a idade máxima de 65 anos exigida para nomeação de ministro não deve ser aplicada aos auditores do tribunal.

Bernardo Cabral entende que, ao ingressarem no TCU, os auditores já cumpriram exigências referentes a idade. Na opinião do senador, sujeitá-los aos mesmos requisitos já atendidos quando nomeados para o tribunal, na oportunidade do preenchimento da única vaga de ministro disponível para auditor, seria prejudicial à categoria.

Ele sustenta que os anos dedicados pelos auditores ao desempenho do cargo de auditor de



Bernardo Cabral é o autor da proposta de emenda constitucional discutida ontem pelo segundo dia

nada valeriam ao aspirante à vaga de ministro, na hipótese de já terem completado 65 anos. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Amir Lando (PMDB-RO) apresentou parecer favorável à proposta de Cabral.

Acolhidas indicações de três embaixadores

O Senado aprovou ontem mensagens presidenciais escolhendo os seguintes diplomatas para representar o Brasil no exterior: Luiz Antonio Jardim Gagliardi, para a embaixada do Brasil no Reino da Noruega; Brian Michael Fraser Neele, para embaixador na República da

Turquia; e Paulo Américo Veiga Wolowski para, cumulativamente com a representação na República Togolesa e na República Burkina Faso, assumir a embaixada do Brasil na República de Gana. As decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.

Aprovado reescalonamento da dívida da Maurîtânia

O Senado autorizou ontem a União a celebrar contrato de reescalonamento da dívida da República Islâmica da Maurîtânia para com o Brasil, no valor de US\$ 6,7 milhões, relativa a operações de financiamento à exportação. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pregou, em Plenário, o perdão da dívida dos países pobres que devem ao Brasil.

Lembrando que a Maurîtânia se inclui entre as nações altamente endividadadas, com 50% da população abaixo da linha de pobreza e déficits sistemáticos nas transações correntes, Suplicy disse que seu partido estava prestes a apresentar projeto para que o Brasil perdoe a dívida dos países mais pobres.

Entretanto, pouco antes da votação, ele foi informado de que o governo Fernando Henrique Cardoso apenas aguardava essa autorização

de reescalonamento para enviar ao Legislativo projeto segundo o qual o Brasil perdoará 90% da dívida da Maurîtânia. "Essa informação condiz com nossos propósitos e com o apelo que o papa João Paulo II está fazendo nesse Ano do Jubileu", afirmou Suplicy, manifestando-se pela aprovação da matéria.

Em sua opinião, a simples redução da dívida dos países pobres, em contratos de reescalonamento no âmbito do Clube de Paris, não se tem mostrado uma solução capaz de sanar o problema, "tendo em vista que a situação de inadimplência externa e de extremas dificuldades econômicas e sociais internas não tem se alterado substancialmente".

Suplicy informou que, no total, o Brasil tem cerca de US\$ 6,75 bilhões em créditos no exterior, sendo aproximadamente US\$ 3 bilhões deles devidos por países com PIB inferior ao brasileiro.

Quem faltar a sessão deliberativa será descontado, anuncia ACM

Após consultas ao Plenário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ontem que a Casa realizará sessões deliberativas ordinárias, com efeito regimental, nos dias 16 (sexta-feira), 19, 20 e 21 (segunda, terça e quarta), que antecedem o Dia de Corpus Christi, celebrado em 22 de junho (quinta-feira), assim como no período de 26 a 30 de junho.

O presidente do Senado pediu o compromisso de todas as lide-

ranças no sentido de que estejam em Plenário nesses dias, até porque matérias importantes aguardam votação. Entre elas, a proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos do Orçamento para aplicação na área de saúde por estados e municípios. Ele lembrou que os ausentes terão seus proventos descontados e que a Casa só pode encerrar o período legislativo após a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Acolhida proposta que redefine crimes contra a Previdência Social

Parecer favorável do relator, senador Bello Parga, destaca o significado do projeto, “pois são amplamente conhecidos os graves prejuízos causados pelos fraudadores”

Com base em relatório do senador Bello Parga (PFL-MA), os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem, por unanimidade, o projeto de lei da Câmara que redefine os crimes contra a Previdência Social. A matéria, que tramita em regime de urgência constitucional, depende ainda de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo a exposição de motivos do Executivo que acompanhou o projeto original, “o crescimento, o desenvolvimento e a modernização da Previdência Social estão a exigir uma modernização sistematizada da legislação no que se refere à tipificação criminal das condutas que venham



Bello Parga lembra que os fraudadores chegam a ser chamados de “máfia da Previdência”

a ofender bens específicos da Previdência”.

A proposta tipifica crimes como a apropriação indébita de benefícios, sonegação de contribuição e interferências no sistema informatizado do órgão, como inserção de dados falsos, violação e alteração não autorizada. O uso indevido do símbolo da Previdên-

cia e a falsificação de documento destinado ao órgão também são definidos como crimes.

— O projeto cuida de tema da maior relevância e significado, pois são amplamente conhecidos os graves prejuízos causados à Previdência e ao Estado pelos fraudadores, que a imprensa costuma divulgar como

“máfia da Previdência” — afirmou o relator.

Além de tipificar as penas, o projeto define as penalidades. Em caso de sonegação, por exemplo, a pena é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa. Já a divulgação de informações sigilosas ou reservadas da base de dados da administração pública é sujeita a pena de um a quatro anos de detenção.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) alertou os senadores da base governista para o fato de que o projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte pode transformar “em letra morta” diversos artigos da proposta aprovada ontem pela CCJ.

Vai ao Plenário a obrigatoriedade de execução de emenda parlamentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna obrigatória a execução orçamentária decorrente de emendas parlamentares. Relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), a matéria será ainda votada em Plenário.

Para garantir a execução dessas emendas, a proposta determina que elas serão identificadas na lei orçamentária, sendo vedado seu contingenciamento total ou parcial. Também estabelece que a não execução dessas dotações implica crime de responsabilidade.

Em sua justificativa, Alencar afirma que a margem de atuação dos parlamentares na distribuição das despesas orçamentárias, em virtude das inúmeras vinculações entre receita e despesa existentes, já é bastante restrita. Sem a garantia de que suas emendas sejam executadas, essa atuação fica ainda mais prejudicada.

Em seu relatório, Simon transcreveu parte da justificativa do representante de Minas Gerais. Para este, “ao decidir o que executar e o que não executar, o Executivo enseja uma das mais gritantes disfunções existentes na relação



José Alencar vê atuação parlamentar prejudicada pela não execução de emendas

entre os dois Poderes, que é a utilização da liberação de recursos oriundos da emendas como instrumento de barganha política”.

Ao justificar sua proposta na CCJ, Alencar afirmou que ela tem apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que anunciou a apresentação de uma PEC obrigando a execução de todo o Orçamento aprovado no Congresso Nacional. Segundo o autor da proposta, Antonio Carlos admite que ela deve tramitar por um ano e meio e somente entrará em vigor no próximo governo. Já a proposta de Alencar pode vigorar ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

CAE examinará novo conceito de terreno de marinha

Parecer favorável ao projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que dá nova definição para os terrenos de marinha foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seu relatório, o senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu que a proposição deixe de ser terminativa na CCJ e vá também à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

O texto determina que sejam terrenos de marinha (propriedade da União) os localizados em uma extensão de 13 metros a partir da costa e das margens de rios e lagoas. Nas áreas litorâneas, essa medida conta a partir da linha do preamar (maré alta) médio de 1999. De acordo com o autor, a legislação hoje em vigor determina que esses terrenos são os incluídos em uma extensão de 33 metros a partir do preamar médio do ano de 1831.

Os argumentos de Hartung, transcritos pelo relator, ressaltam a insegurança jurídica de muitos adquirentes de imóveis residenciais em cidades litorâneas. A situação, para ele, “é ainda mais curiosa quando se tem presente o caso dos terrenos acrescidos de marinha, surgidos frequentemente em decorrência do aterramento, correto ou não, de áreas litorâneas por construtores e incorporadores”. Os compra-



Paulo Hartung observa que a legislação em vigor remete o cálculo ao ano de 1831

dores desses imóveis têm de pagar foros anuais à União, e jamais terão escritura definitiva.

Pelo projeto, a titularidade dos terrenos — hoje administrados pela Secretaria de Patrimônio da União — será transferida para os municípios, desde que não abriguem órgãos ou entidades da administração federal ou estadual. Nestes casos, a titularidade continua com a União ou passa ao estado. Terrenos doados mediante prévia autorização em lei federal permanecem com os donatários. A venda dos terrenos pelos municípios fica condicionada à utilização dos recursos na capitalização de fundos de previdência para seus servidores.



José Fogaça considera a unicidade de representação como sistema mais eficaz

Audiência sobre cooperativas vai embasar parecer de Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) decidiu aguardar a realização da audiência pública marcada para hoje, às 15h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para apresentar seu relatório sobre os projetos dos senadores Osmar Dias (PSDB-PR), José Fogaça (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) que tratam do cooperativismo. Francelino considera que as três propostas “são, basicamente, convergentes”, mas ainda vê dúvidas no que se refere ao sistema de representação cooperativa, e espera que o debate com a participação de especialistas e estudiosos o ajude a encontrar a melhor opção.

— A posição do sistema cooperativista nacional, reiterada em diversos congressos nacionais, é pela manutenção da unicidade de representação — argumenta Osmar Dias, favorável ao sistema que adota apenas uma organização nacional de cooperativas e uma representação em cada estado.

Fogaça também aceita que a representação do sistema cooperativista nacional fique a cargo da Organização das Cooperativas Brasileiras, reconhecendo a unicidade de representação como mais eficaz. Já Suplicy entende que essa regra é inconstitucional. “Ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”, afirma, lembrando a Constituição.

MUDANÇAS

Excluída a forma de representação das cooperativas, os autores das propostas, assim como o relator, reconhecem que as mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 tornam o setor cooperativista mais afinado com as exigências atuais.

Estão convidados para a audiência pública de hoje professores universitários estudiosos do assunto, além de representantes de cooperativas.

CCJ aprova a proibição da venda de armas

Substitutivo do senador Renan Calheiros abre um prazo de 360 dias, a partir da data de vigência da lei, para que os atuais portadores de armamentos os devolvam a unidades das Forças Armadas ou das polícias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos que restringem a venda de armas de fogo. Pela proposta, a venda de armamentos fica proibida em todo o território nacional e as pessoas que possuem armas legalizadas terão de entregá-las a unidades das Forças Armadas ou das polícias num prazo de 360 dias a partir da data de vigência da lei.

Segundo o substitutivo, somente as Forças Armadas, os órgãos de segurança pública, empresas de segurança privada e de transporte de valores, clubes de tiro e de caça, guardas florestais, agentes de trânsito, agentes de órgãos de fiscalização ambiental, moradores de áreas rurais e colecionadores poderão comprar armas e munição. Caberá ao Executivo controlar os armamentos que serão vendidos a essas pessoas e

instituições. Elas também deverão ter marca que as diferencie das não registradas.

Os donos de armas regularizadas entregues ao poder público, de acordo com a proposta de Calheiros, deverão ser indenizados e aqueles que possuem armas hoje ilegais serão anistiados voluntariamente. Além de adequar as penalidades em caso de descumprimento da lei, o projeto proíbe a fabricação e a venda de armas de brinquedo que seja "capaz de atemorizar a outrem".

Para elaboração de seu substitutivo aos projetos originais, dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do ex-senador Djalma Falcão, Calheiros, que foi ministro da Justiça, levou em consideração emendas apresentadas pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM). A matéria foi aprovada após negociação

com o senador Pedro Piva (PSDB-SP), relator do assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para onde o substitutivo seguirá agora.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), único voto contra a proposta de Calheiros, anunciou, junto com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que irá apresentar emenda junto à CRE para que seja suprimida a possibilidade de venda de armas para moradores da área rural. Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado (*veja matéria*) com novo substitutivo, por considerar inconstitucionais dispositivos da proposta de Calheiros.



O texto acatado pela CCJ torna uso de arma privativo de um grupo restrito de pessoas e instituições

Requião diz que medida não resolve problema da violência

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado na forma de substitutivo aos projetos de lei que proíbem a comercialização de armas de fogo. Durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Requião criticou o substitutivo do relator, Renan Calheiros, considerando alguns de seus dispositivos inconstitucionais. Requião anunciou ainda que entrará com ação de inconstitucionalidade contra as normas propostas, caso elas sejam aprovadas.

— Bandido não compra armas em lojas. Rouba-as dos vigilantes, das Forças Armadas, de particulares. E, sobretudo, adquirem-na pelo contrabando. Assim, não será a proibição da venda de armas que resolverá o problema — afirmou.

Ele contestou as estatísticas apresentadas pelo relator na CCJ, e questionou a informação de que existam 20 milhões de armas ilegais em circulação, como disse Calheiros. Segundo o senador pelo Paraná, a própria indústria de armas informa que, entre 1942 e 1999, vendeu 5,7 milhões de armas.

— As outras 14 milhões vieram de onde? Ao invés de desarmar o cidadão, que tem arma legalizada, não valeria a pena combater o bandido que se abastece ilegalmente? — perguntou, questionando também a versão de Calheiros de que

o desarmamento teria provocado redução dos índices de criminalidade na Inglaterra.

Antes de ser aprovada uma lei, Requião defende que outras iniciativas sejam tomadas, como o desarmamento dos criminosos, a mel-

horia das condições de trabalho e da qualidade de armamento das polícias civil e militar, a melhoria da remuneração dos agentes de repressão ao crime. Além disso, continuou, um dos projetos que tramitam na CCJ, do senador José Roberto Arruda, fere a

Constituição, pois deveria ter sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados, já que se trataria, segundo ele, de "um clone da proposta do Executivo".

— Dizer que a lei é o primeiro passo é acreditar nas soluções simplistas. Proibir pura e simplesmente a venda de armas é medida a favor da violência. Sou contra o porte indiscriminado, sobretudo para pessoas despreparadas técnica e psicologicamente — afirmou.

Em seu substitutivo, Requião define regras para o registro de armas e proíbe o porte, que seria permitido apenas para policiais, integrantes das Forças Armadas, do Ministério Público, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), da segurança dos poderes legislativos, das guardas municipais e, em casos excepcionais, a particulares. Também sugere alterações nas penas e multas por porte ou venda sem autorização.

■ Leia mais sobre o assunto na pág. 12

Tema provoca divergências entre senadores

Ao posicionar-se contra a proibição pura e simples da venda de armas, Bernardo Cabral apresentou, durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estatísticas sobre mortalidade por armas de fogo para cada 100 mil habitantes em vários países. De acordo com o senador, essa taxa, que na Europa é de 1,5 e nos Estados Unidos é de 6,1, chega a 19,8 na América Latina. No Brasil, está em 24,1, chegando a 59,9 no Rio de Janeiro e 67,9 em São Paulo. Essas taxas somente são menores que as da Colômbia (78) e de Honduras (69). Cabral teme que uma proibição radical da venda de armas favoreça a violência.

Para Heloísa Helena, a proibição da venda de armas pode se tornar mais um filão a ser explorado por narcotraficantes. A senadora afirmou que o projeto do governo tem grande apelo popular, mas, para ela, não passa de uma "farsa" para conter as grandes pressões sociais geradas pela política econômica do governo.

José Roberto Arruda, um dos autores dos projetos discutidos, afirmou que episódios como o ocorrido segunda-feira no Rio demonstram que "não se pode mais ficar de braços cruzados para a violência nas grandes cidades". Para ele, o combate à violência depende do esfor-

ço de toda a sociedade.

Segundo José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto não vai resolver o problema de segurança pública no país. Mas ele anunciou seu voto a favor, por crer que a iniciativa pode minimizar os problemas atuais. A mesma posição foi expressada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

Romeu Tuma lamentou a sensação de insegurança total da população, que está, como ele disse, "angustiado por não saber como se defender". E criticou a atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que levou à morte, segunda-feira, do seqüestrador e da refém Geísa Gonçalves.

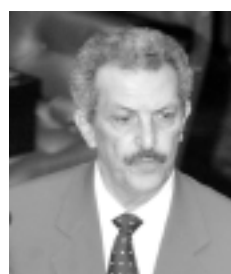
Emilia Fernandes (PDT-RS) lembrou que o Rio Grande do Sul, que sedia as duas principais fábricas de armamentos do país, tem o maior número de portes de armas de fogo e o menor número de homicídios causados por essas armas, o que, para ela, prova que "não é a arma legal que está matando no país". O problema, ressaltou, é a impunidade e a falta de respeito ao cidadão.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que o aumento da violência está relacionado à deterioração das condições econômicas da maior parte da população do país. Embora reconhecendo que o despreparo policial é que leva o cidadão a se armar, anunciou tam-

bém seu voto favorável.

Agnelo Alves (PMDB-RN) anunciou que votaria favoravelmente à proposta na CCJ, quanto à constitucionalidade da matéria, mas avisou que poderá mudar seu voto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que analisará terminativamente o mérito da matéria.

Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a ampliação da discussão sobre segurança pública no país. Ele afirmou que o projeto propunha o desarme



Romeu Tuma afirma que a população está "angustiado"



Freire: proibição não resolve, mas pode reduzir a violência

do cidadão honesto sem oferecer, em contrapartida, uma melhora nas condições de segurança pública. O parlamentar manifestou-se contrário à utilização das Forças Armadas na segurança pública, como propôs o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, mas destacou que é preciso repensar o papel dos militares.

Conselho aceita pedido de cassação de Estevão

Por 11 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, senadores acolheram representação contra parlamentar do DF. Reunião durou mais de sete horas e terminou na madrugada de hoje

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu, por 11 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, acatar a recomendação de cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar, contida no relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM). A decisão, em votação secreta, foi tomada pelos senadores em uma reunião que durou mais de sete horas e foi encerrada às 2h20 de hoje. A reunião foi presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que não votou, seguindo o que lhe faculta o Regimento Interno do Senado.

O relator do processo, senador Jefferson Péres contestou as alegações da defesa (*veja matéria na próxima página*), observando que não omitiu qualquer informação aos demais membros do conselho. Jefferson disse também que não ouviu, como afirmou a defesa, os funcionários da CPI do Judiciário em depoimento secreto, tendo apenas questionado se eles se dispunham a testemunhar. O relator desconsiderou as outras reclamações dos advogados sobre cerceamento da defesa, lembrando que o acusado teve todas as oportunidades.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lauro Campos (PT-DF) e Paulo Souto (PFL-BA) afirmaram não estar convencidos das alegações da defesa. Dutra disse que a peça da defesa era uma série de meias-verdades que, sob seu ponto de vista, não explicam os diversos "negócios irregulares" do senador Estevão. Já Lauro Campos observou que, ao estudar o processo, não conseguiu encontrar explicações para o fato de o senador haver desistido de todos os negócios com o Grupo Monteiro de Barros e, ainda assim, receber por isso. Souto também estranhou que não tenham sido apresentados documentos relacionados à fase inicial dos negócios das empresas de Estevão e apenas de suas finalizações.

Em defesa do representado, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) advertiu para os riscos de realização de "um verdadeiro linchamento público do senador Luiz Estevão". O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que a representação contra o senador restringiu-se a questões de disputa política de Brasília.



Jefferson Péres, Juvêncio da Fonseca e Ramez Tebet na reunião do conselho, que durou mais de sete horas

Senador garante que negócios com grupo paulista foram "regulares e legítimos"

Ao manifestar seu inconformismo com a possibilidade de vir a ter seu mandato parlamentar cassado, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) afirmou que isto significaria para ele mais do que retirar-lhe a vida, pois os senadores estariam retirando-lhe a honra e a moral. Ele reforçou as argumentações levantadas por seus advogados de defesa (*veja matéria na próxima página*) em dois momentos da reunião realizada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

No primeiro, logo após a exposição dos advogados, o senador exibiu imagens de diversos documentos que, segundo ele, comprovam que nunca foi proprietário da empresa Incal – responsável pelas obras da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo – e que consiste na principal acusação levantada pelo relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que recomendou a cassação.

Ele afirmou que nunca escondeu sua amizade com Fábio Monteiro de Barros, um dos proprietários do Grupo Monteiro de Barros – do qual a Incal faz parte – e mostrou, por meio de cheques, registros de livros cartoriais e contratos que os negócios entre o Grupo OK, de sua propriedade, com aquelas empresas foram regulares e legítimos, e não estão relacionados com a referida obra.

Estevão esclareceu que no caso das obras do fórum trabalhista suas empresas chegaram a assinar um contrato com a Incal para

participação conjunta da licitação mas que, no mesmo dia, a negociação foi desfeita.

– Existe uma diferença entre negócio e empreendimento. Nem sempre uma negociação resulta em um empreendimento. Neste caso, nós concluímos que não seria vantajoso participar dessa construção e desistimos – esclareceu o senador, que disse que o Grupo OK também desfez outros negócios com a Incal, quando concluiu pela não lucratividade do contrato. No caso da compra e a posterior revenda da Fazenda Santa Terezinha, efetuada à Incal, frisou ele, aconteceu um negócio "perfeito e acabado", assim também como os empreendimentos relacionados ao terminal de cargas do Rio de Janeiro.

O senador expôs, através de um telão instalado na comissão, cópias do registro de transferência das poucas ações que, segundo informou, suas empresas chegaram a deter junto à Incal e explicou que esse era um segundo registro, já que o primeiro fora extraviado, como publicado em anúncios de jornais, cujas cópias dos recortes ele apresentou ao conselho.

Disse também que as ligações telefônicas entre ele e o juiz Nicolau dos Santos Neto, presidente do TRT-SP à época, foram de curta duração e sempre estiveram restritas a relações de cordialidade. Estevão apresentou as cópias das contas telefônicas que demonstravam sua argumentação.

Na segunda etapa de sua defesa, após a última exposição do relator, o senador dispôs-se a responder alguns questionamentos efetuados pelos senadores, lembrando que nunca mudou seu discurso sobre as dúvidas levantadas contra ele e destacando que não mentiu aos membros da CPI do Judiciário com relação ao exercício de atividades empresariais do grupo que detém.

Ele apontou ainda a existência de uma onda de denúncias, que, conforme explicou, teria sido armada e manipulada pela imprensa e por seus inimigos políticos com o intuito de retirar-lhe o mandato.

Processo agora vai para a CCJ

O parecer aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, favorável à cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), será agora apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ser remetido a Plenário. Os senadores da comissão disporão do prazo de cinco sessões ordinárias para aprovar um parecer sobre o tema.

A discussão na CCJ se limitará aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos do parecer elaborado pelo Conselho de Ética, segundo a Resolução número 20, de 1993. Concluída a tramitação no conselho e na CCJ, o processo será encaminhado à Mesa do Senado e, uma vez lido, será publicado no *Diário do Senado Federal* distribuído em avulsos, para inclusão na Ordem do Dia.

De acordo com o artigo 55 da Constituição, a perda de mandato será decidida pelo Plenário por voto secreto e maioria absoluta, assegurada ampla defesa ao parlamentar acusado. Isto significa que Estevão perderá o mandato se pelo menos 41 senadores – de um total de 81 – votarem pela sua cassação.



Luiz Estevão, em sua defesa, garantiu que nunca foi proprietário da empresa Incal, responsável pelas obras do fórum trabalhista de São Paulo

Solicitações da defesa foram indeferidas

O senador Ramez Tebet, presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, acatou apenas o pedido dos advogados para que a reunião que votaria ontem de manhã o parecer do relator fosse adiada para as 19h

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), indeferiu, por considerar improcedentes, os pedidos feitos no último dia 7 pela defesa do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Foi acatada apenas a solicitação quanto ao horário da reunião, suspensa por Tebet no início da manhã de ontem e retomada às 19h, acatando-se assim a alegação dos advogados do senador de que os dez dias úteis para que a defesa pudesse manifestar-se encerrariam-se somente ao final do dia.

As demais solicitações da defesa não foram aceitas. Os pedidos pretendiam a realização de novas diligências para audiência de 11 testemunhas e a inclusão no relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) de dois outros processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Ministério Público Federal. De acordo com o advogado Felipe Amodeo, essas



Ramez Tebet considerou improcedentes os pedidos dos advogados de defesa

questões serão tratadas no momento em que a defesa puder manifestar-se.

O conselho decidiu, também durante a reunião destinada à apreciação do relatório do senador Jefferson Péres que recomenda a cassação do mandato de Estevão por quebra de decoro parlamentar, que a votação seria realizada de forma secreta, como prevê a Constituição para esses casos.

Apenas a senadora Heloísa Helena (PT-AL) votou contra, argumentando que todo tipo

de votação nas duas Casas parlamentares deveria ser aberta.

Outros senadores, como Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Osmar Dias (PSDB-PR), Amir Lando (PMDB-RO), José Eduardo Dutra (PT-SE) e o próprio Péres concordaram com a votação secreta, mas manifestaram sua vontade que o voto fosse público.

Já os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) consideraram regular a decisão de seguir o rito definido pela Constituição.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu o senador Luiz Estevão, e lembrou que ele também quase teve o mandato cassado em um processo que questionava seu decoro por condutas anteriores à vigência do mandato. “Espero que os senadores não ajam com precipitação e não promovam uma espécie de linchamento ou injustiça com o senador Luiz Estevão”, declarou Amorim.

Relator apontou indícios de desvios éticos e ilícitos penais

O parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre a representação contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) recomenda a cassação do mandato do parlamentar por quebra de decoro. O parecer de 47 páginas, apresentado e lido durante reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar realizada no dia 31 de maio, aponta indícios de que Estevão cometeu desvios éticos de conduta e ilícitos penais, relacionados à participação de suas empresas nas obras superfaturadas do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

— Existem fortes indícios de que o representado envolveu-se em ilícitos penais de diferentes tipos que motivaram inquéritos e denúncias de iniciativa do Ministério Público, com ampla repercussão nos meios de comunicação e graves danos à reputação e à imagem pública do senador — afirma Jefferson no documento.



Jefferson avalia que Estevão estaria impossibilitado de ocupar postos de direção

Para o relator, Estevão estaria impossibilitado de ocupar postos de direção e exercer funções de relevância no Senado “em face da reação que provoca e do constrangimento que causa nos demais senadores”. Afirma ainda Jefferson Péres que, por não conterem registro público, os documentos apresentados por Estevão não puderam comprovar, junto à CPI do Judiciário, a isenção do Grupo OK, de propriedade do senador do PMDB, nas negociações para as obras do TRT.

Jefferson Péres também considerou “estranha e comprometedor” a atitude de Estevão junto ao deputado João Fassarella (PT-MG), então relator-adjunto do Orçamento Geral da União, em janeiro de 1999. Estevão, segundo Jefferson, teria solicitado recursos orçamentários para a construção do prédio do TRT.

Além dessas acusações, o relator citou o episódio em que Luiz Estevão teria pressionado, com ameaças, os funcionários da CPI do Judiciário, por suspeitar de que eles estariam deixando vaziar

informações restritas à comissão.

— A inconformação é compreensível, mas a maneira como escolheu para demonstrá-la foi imprópria. Da forma como fez, o representado defendeu-se de um abuso de confiança cometendo abuso de poder — observa Jefferson no parecer.

O documento aponta ainda constantes mudanças nas explicações dadas por Estevão em relação aos fatos, à medida que novas revelações surgiam durante e após as investigações da CPI, e nas versões do senador sobre empréstimos e repasses de recursos do TRT para as empresas dos grupos

OK e Monteiro de Barros. Acrescenta também informações sobre a aquisição de fazendas em Mato Grosso e terreno no Morumbi pelo Grupo OK, a construção de um terminal de cargas no Rio de Janeiro, a gestão de obras em Pernambuco e as diversas ligações telefônicas do juiz

Nicolau dos Santos, que presidia a comissão de obras do fórum, para Estevão.

O processo contra Estevão originou-se em representação feita pelos partidos de oposição, que citam o relatório final da CPI do Judiciário apontando a participação das empresas do senador na construção do prédio do fórum trabalhista.

Luiz Estevão contestou, na ocasião, as conclusões contidas no relatório de Jefferson Péres. Segundo afirmou, o texto não apresenta nenhum fato novo aos já conhecidos pelos senadores após a CPI do Judiciário. Estevão falou ainda das ações civis públicas que já foram julgadas e que o inocentaram. O senador reclamou também do fato de o relatório estar baseado em processo que tramita no Ministério Público e que, segundo ele, também não contém provas. Em entrevista à imprensa, no mesmo dia da apresentação do relatório, Estevão disse que não tem intenção de renunciar ao mandato e que continuará desmentindo todas as acusações feitas contra ele.

Advogados alegam cerceamento de direitos e condução açodada do processo

A principal argumentação contida na defesa do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) elaborada e lida pelos advogados Felipe Amodeo e Rogério Marcolino na reunião realizada ontem à noite pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar consistiu no fato de que, segundo eles, o senador não teve assegurado o direito à ampla defesa como previsto pela Constituição.

— Na verdade, o que aconteceu foi uma farsa, pois o direito à defesa não existiu, sendo apenas o cumprimento de uma mera formalidade, sendo visto, sempre, mais como um empecilho do que como um direito de todo cidadão — afirmou Amodeo.

Ele protestou também contra a “forma açodada” com que o processo tramitou no conselho, “em desacordo com os preceitos jurídicos e constitucionais”, criticando especificamente a pressão exercida pelos meios de comunicação e de parlamentares favoráveis à cassação sobre os demais integrantes do colegiado.

A defesa questionou o relatório elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) que recomenda a cassação do mandato de Estevão, sustentando que o documento não teria sequer condições de ser apreciado na

reunião de ontem em função do que os advogados consideraram como “irregularidades” verificadas no decorrer do processo.

— Os que defendem a cassação do senador desprezam a prática democrática e são os mesmos que pedem a renúncia do presidente FHC, pois não conquistaram nas urnas o direito de exercer um mandato. Eles têm interesses escusos e utilizam-se de dissimulações e omitem informações. Tudo com o propósito subalterno de casar o mandato de quem o conquistou legitimamente junto a meio milhão de eleitores — disse Amodeo.

A defesa qualificou de “frágil, omissa e inconsistente” o relatório de Jefferson, afirmando que ele baseou-se em impressões e não em fatos. Aparentou ainda como grave erro o fato de o relator não haver citado o nome e convocar para testemunhar os funcionários que Jefferson Péres teria entrevistado secretamente. Também apontaram como falha a decisão do relator de negar-se a incluir ou apreciar os processos que correm em outras instâncias judiciais — contra Estevão — e sobre os quais o relator refere-se em seu relatório. Dessa maneira, alegou a defesa, os senadores

estariam votando uma peça incompleta e que não contemplou, plenamente, o direito do contraditório.

OBRAS DO TRT/SP

Os advogados negaram que o Grupo OK — de propriedade do senador — tenha participado das obras consideradas superfaturadas do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Admitiram, no entanto, que o Grupo OK e o Grupo Monteiro de Barros — responsável pelas obras do fórum — realizaram empreendimentos conjuntos em momentos diversos. “Isso não significa que os negócios eram irregulares, pois as transações sempre foram realizadas com cheques, o que caracteriza a transparência das negociações”, garantiram.

A defesa contestou que Estevão teria pressionado funcionários da CPI do Judiciário. Também rebateu informação de que o senador teria exercido pressões sobre o relator-adjunto do Orçamento de 1999, deputado João Fassarella (PT-MG), para solicitar verbas para as obras do citado prédio. “Tal fato não seria possível, pois na data em que o deputado Fassarella afirma haver encontrado-se com o senador, Estevão estava, comprovadamente, em viagem aos Estados Unidos”, explicou.

HOMENAGEM ESPECIAL

Senado lembra trajetória de Carlos Castello Branco

Por requerimento do senador Freitas Neto, o Senado homenageou ontem o jornalista Carlos Castello Branco, que completaria 80 anos no próximo dia 25. O presidente Antonio Carlos Magalhães convidou, para compor a mesa, a viúva de Castelinho, dona Elvia, o ex-ministro Ronaldo Costa Couto e o jornalista Manoel Francisco do Nascimento Brito, diretor-presidente do *Jornal do Brasil*, órgão de imprensa em que Carlos Castello Branco manteve, durante décadas, a coluna política mais prestigiada do jornalismo brasileiro.

Para Freitas Neto, jornalista deixou uma marca que enobrece a imprensa do país

Ao discursar na homenagem, o senador Freitas Neto (PFL-PI) ressaltou a incessante luta de Carlos Castello Branco pela qualidade do trabalho jornalístico, delineando um modelo baseado no cuidado ao tratar a informação, na precisão, isenção e busca de um texto fluente e criativo. "Outra marca sempre foi a dignidade profissional, fundada na independência e no respeito a um rígido código de ética, seguido acima de todas as pressões políticas e econômicas", enfatizou.

Para Freitas Neto, Carlos Castello Branco deixou mais do que um exemplo para as gerações de jornalistas políticos que o sucederam: deixou uma práxis, uma forma de exercer a atividade profissional que, incorporada aos parâmetros seguidos pela grande maioria dos jornalistas brasileiros, enobrece a imprensa do país.

Conterrâneo de Castelinho, o senador fez um minucioso relato de sua vida, desde os tempos do

jornal estudantil de Teresina, *A Mocidade*, passando por vários jornais e revistas do grupo Diários Associados, até à "Coluna do Castello", no *Jornal do Brasil*, onde enfrentou os duros tempos da censura do regime militar, chegando a ser detido, acusado de ter dado cobertura ao movimento parlamentar que levava à recusa da licença para processar o então deputado Márcio Moreira Alves. "Era o reconhecimento do peso político da coluna", destacou.

Freitas Neto lembrou, ainda, que Castello foi membro da Academia Brasileira de Letras, tendo publicado livros como *Continhos Brasileiros*, *Arco do Triunfo*, *Idos de Março* e *A Renúncia de Jânio*, além de volumes de seus trabalhos jornalísticos: *Introdução à Revolução de 64*, *Os Militares no Poder*, *Retratos e Fatos da História Recente*. O jornalista também integrou a Academia Piauiense de Letras, a partir de 1984.



Freitas Neto apresentou o requerimento para a homenagem a Castello Branco, realizada ontem no Plenário do Senado, com a presença de familiares e amigos

"Castelinho era um sábio", diz Hugo Napoleão

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) homenageou em Plenário o jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras Carlos Castello Branco, falecido em 1993. Ele recordou a trajetória de Castelinho, como era carinhosamente chamado, desde sua infância em Teresina, onde cursou o primário no Grupo Escolar Teodoro Pacheco, até a posição de jornalista político mais respeitado do país.

— Castello era um sábio — afirmou Napoleão, lembrando as diversas homenagens que o jornalista recebeu em vida, como a Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí, concedida pelo governo daquele estado, e a Ordem Nacional das Comunicações, outorgada pelo Ministério das Comunicações.

Hugo Napoleão classificou de indispensável a leitura da "Coluna do Castello", escrita pelo jornalista e publicada inicialmente

na *Tribuna da Imprensa* e, depois, por três décadas, no *Jornal do Brasil*.

— Todos nós, políticos, tínhamos que ler, obrigatoriamente, a coluna escrita por Castelinho. Havia uma verdadeira romaria de políticos à sua sala, aqui no centro de Brasília, para "saber das coisas", pois ele nos ensinava — disse Napoleão, mencionando ainda a ocasião em que, mesmo sendo ministro das Comunicações e presidente licenciado do PFL, soube de fatos referentes ao seu próprio partido a partir de uma conversa com o jornalista, que — acrescentou — tinha plena noção de qual era a ótica do governo, da oposição, dos partidos e da sociedade.

Apesar de gozar do mais amplo respeito de todas as tendên-

cias políticas, o jornalista não escapou ao dissabor de ver seus artigos terem a publicação impedida, durante os momentos mais duros do período autoritário, lembrou o senador.



Napoleão: romaria para "saber das coisas" com Castelinho

Napoleão recordou também a amizade do jornalista com escritores e intelectuais, assim como sua simplicidade e o amor pela cidade de Teresina, mencionando um artigo escrito em 1993 pela jornalista Teresa Cardoso, segundo o qual Castelinho era "o mais simples dos piauienses".

Emocionado, o senador falou ainda do período em que esteve hospitalizado na cidade de Houston, no Texas (EUA), quando Carlos Castello Branco e sua esposa Elvia o visitaram continuamente, até sua plena recuperação.

COLONISTA TORNOU-SE LEITURA OBRIGATÓRIA

Carlos Castello Branco nasceu em Teresina (PI), em 25 de junho de 1920, e ao morrer, em 1993, estava em plena atividade, reconhecido como um dos mais importantes profissionais de imprensa do país. Membro da Academia Brasileira de Letras, fez da "Coluna do Castello" leitura obrigatória para todos os que quisessem acompanhar a política brasileira.

Castello começou os estudos na capital piauiense e os completou em Belo Horizonte. Mudou-se para o Rio e ingressou cedo no jornalismo, trabalhando nos principais veículos de comunicação, como *O Estado de S. Paulo*, *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa* e *O Cruzeiro*.

Nomeado assessor de imprensa do presidente Jânio Quadros, transferiu-se para Brasília, onde foi chefe da sucursal do *Jornal do Brasil* e passou a publicar a "Coluna do Castello", que iniciara na *Tribuna*. Com informação qualificada e alta credibilidade, tornou-se um marco do jornalismo brasileiro e obteve sucesso também com vários livros publicados.



Carlos Castello Branco

HOMENAGEM ESPECIAL

Francelino destaca convivência com Castelinho

Nascidos no mesmo estado, o Piauí, o senador e o jornalista Carlos Castello Branco estudaram juntos no Liceu Piauiense. Os dois voltaram a se encontrar em Belo Horizonte, onde iniciaram a vida profissional

Ao prestar sua homenagem à memória do jornalista Carlos Castello Branco, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) relatou ontem vários momentos em que as diferentes trajetórias de ambos se encontraram. De mesma origem – o estado do Piauí – e da mesma geração, conviveram no Liceu Piauiense, em Teresina (PI), de onde partiram para Belo Horizonte (MG). Castello foi o primeiro a chegar a Minas Gerais, em 1937, para cursar a Faculdade de Direito, disse. Logo depois, em

1944, Francelino Pereira também seguiu para Belo Horizonte.

Ainda em 1944, continuou o senador, ele encontrou Castelinho no ciclo de debates preparatório ao I Congresso Brasileiro de Escritores, que se realizaria no ano seguinte “para combater publicamente a ditadura do Estado Novo”. O jornalista, em nome dos escritores congressistas, foi responsável pela saudação a Oswald de Andrade, relatou o senador.

Ao contrário do que Castelinho

registrava em sua coluna, Francelino voltou a afirmar hoje que “não é difícil viver em Minas”. Após fazer um pequeno estágio em jornalismo na Rádio Inconfidência, o senador foi arrebatoado definitivamente pela política e, quando tomou posse como governador de Minas Gerais, em 1979, no mesmo dia em que João Figueiredo assumiu a Presidência da República, Carlos Castello Branco “deixou de falar do Brasil para falar de Minas”.

Na opinião do senador, os livros

escritos pelo jornalista – *Continhos Brasileiros* (1952), *Arco do Triunfo* (1958), *Idos de Março* (1964), *Introdução à Revolução de 1964* (1975), *Os Militares no Poder* (1979) e *A Renúncia de Jânio* (1996) – fizeram de Castello “um dos mais consagrados escritores do Brasil”.

– Castello, ético, escoreito, justo, foi e será sempre, por todo o infinito, o Castelinho, sempre dominado pela saudade do Piauí e torcedor pela felicidade do Brasil como nação – concluiu o senador.



Para Francelino Pereira, o jornalista Castello Branco sempre foi “ético, escoreito e justo”

Coluna no JB era referência, registra Suplicy

“Castello contava, efetivamente, todos os fatos tais como eles ocorriam. Cada página de seus livros, de suas colunas é exemplo de ética e um farol para todos os brasileiros”, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) durante a homenagem prestada ontem pelo Senado ao jornalista Carlos Castello Branco, que se estivesse vivo completaria 80 anos no próximo dia 25.

Eduardo Suplicy registrou o ingresso de Castelinho, como era chamado pelos amigos, no jornalismo. Ao concluir o curso ginásial, mudou-se de Teresina (PI), sua cidade natal,



Suplicy: influência e autoridade de Castello Branco eram enormes

para Belo Horizonte (BH) com o objetivo de estudar Direito. Quando sua mesada foi cortada, Castello foi obrigado a procurar emprego e o acaso fez com que entrasse para a redação do jornal *Estado de Minas*.

Em 1945, recordou Eduardo Suplicy, Castello mudou-se para o Rio de Janeiro para trabalhar em *O Jornal*. Cinco anos depois já atuava como jornalista político do *Diário Carioca*. Em 1953 tornou-se chefe de redação da *Tribuna da Imprensa*. A “Coluna do Castello” estreou em 1962 na própria *Tribuna*, e a partir do ano seguinte, passou a ser

publicada no *Jornal do Brasil*.

– Quando morreu, em 1º de junho de 1993, sua coluna era uma referência diária para o mundo político brasileiro. Sua influência e autoridade eram enormes. Em Brasília, nos últimos anos, muitos foram os ministros, parlamentares e até presidentes que telefonavam para o Castelinho para informar-se, justificar-se ou pedir um desmentido.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse considerar Carlos Castello Branco o maior jornalista da História do Brasil. Ele acrescentou que nenhum outro profissional da área conseguiu tanto prestígio, autoridade e credibilidade. “A começar pelo presidente da República, as pessoas não saíam de casa sem antes ler a ‘Coluna do Castello’.”

Antonio Carlos ressalta luta pela justiça social

A sessão realizada pelo Senado para lembrar a trajetória do jornalista Carlos Castello Branco é uma homenagem do Brasil, disse o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. Se Castello estivesse vivo, afirmou o senador, provavelmente os rumos da nação seriam outros, já que o jornalista sempre lutava contra a pobreza e pela justiça social.

– Ele fez questão de nunca amearhar riqueza, mas sim a grandeza, que foi o norte de sua vida – afirmou Antonio Carlos. Em seu pronunciamento, o senador deu o testemunho de mais de 30 anos de amizade com Castello, realçando que presenciou o amor entre ele e sua esposa, Élvia Castello Branco, formando um casal que convivia com o meio político brasileiro “como nenhum outro”. Sua casa também “não tinha fronteiras para quem lá aparecesse para uma boa conversa inteligente”.

Para o senador, Castello só tinha horror a uma coisa: a burrice. Conforme disse, o jornalista “detestava os poucos inteligentes. Ele adorava conversar noite adentro e no dia seguinte, às 10h, já estava no seu trabalho”. O senador destacou ainda que a “Coluna do Castello” foi “a mais expressiva que o Brasil teve na contemporaneidade, sendo ele uma das figuras mais influentes”.

O senador disse que, ao fazer a homenagem, sentia a ausência de tantas personalidades que brilharam na política, como Juscelino Kubitschek, Affonso Arinos, Milton Campos e tantos outros, mas destacou que no jornalismo não há falta maior do que a de Castello.



ACM: Castello nunca amearhou riqueza, mas a grandeza

Ao se referir a períodos difíceis na vida do jornalista, como aquele em que perdeu um filho, Antonio Carlos afirmou que os dois tiveram sofrimentos idênticos, “a mesma dor em épocas diferentes”.

– Castello sabia vencer a dor com muita coragem, mas sempre tendo o estímulo dos amigos, como eu também tive, para não cair um centímetro na sua dignidade e na sua atuação como jornalista profissional.

Declarando-se honrado ao presidir a sessão de homenagem ao jornalista, o senador agradeceu a presença do diretor-presidente do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito, do ex-ministro Costa Couto e de outras autoridades.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2000

- 1**
Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral e outros. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento de cargo de ministro do Tribunal de Contas da União).
Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em primeiro turno. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro dia de discussão, em primeiro turno.
- 2**
Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1995. Renova a concessão outorgada à Rádio Esperança OM, de Prudentópolis (PR).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 3**
Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 1999. Renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações FM, de Cachoeiro do Itapemirim (ES).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 4**
Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2000. Renova a permissão outorgada à Rádio FM Concórdia Ltda., de Três Lagoas (MS).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 5**
Mensagem nº 105, de 2000. Presidente da República. Submete ao Senado o nome de Luiz Antonio Jardim Gagliardi para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Noruega.
Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 49 Não: 03 Abs.: 05 Total: 57. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.
- 6**
Mensagem nº 110, de 2000. Presidente da República. Submete ao Senado o nome de Brian Michael Fraser Neele para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Turquia.
Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 56 Não: 05 Abs.: 03 Total: 64. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.
- 7**
Mensagem nº 98, de 2000. Presidente da República. Submete ao Senado o nome de Paulo Américo Veiga Wolowski para exercer a função de embaixador do Brasil junto a Gana e, cumulativamente, à República Togolesa e Burkina Faso.
Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 56 Não: 05 Abs.: 03 Total: 64. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.
- 8**
Projeto de Resolução nº 37, de 2000. CAE. Autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à Mauritânia, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Ata de Entendimentos celebrada em 28 de junho de 1995, no valor total de US\$ 6.282.496,11, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).
Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Álvaro critica venda de parte do capital da Petrobras

Ele estranha a decisão do governo de negociar ações ordinárias da estatal no momento em que a empresa tem "extraordinárias perspectivas"

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) voltou a atacar ontem a venda, pela União, de 31,72% das ações ordinárias da Petrobras, prevista pelo governo para o fim deste mês. Ele conclamou o Senado a aprovar o projeto de sua autoria que proíbe a venda das ações, e revelou que haverá deliberação do Plenário sobre o assunto, apesar de a matéria ter sido rejeitada pela CAE.

— Vender as ações da Petrobras é um péssimo negócio. A empresa vive um momento promissor, com extraordinárias perspectivas. Mais de 50 empresas estrangeiras estão investindo em pesquisas sísmicas e de prospecção de petróleo na plataforma continental brasileira — afirmou o senador, explicando ainda que fez um apelo, acolhido pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que seu projeto seja apreciado pelo Plenário em poucos dias, tendo já cumprido as exigências regimentais neste sentido.

Álvaro Dias disse que o governo vem tomando as medidas administrativas necessárias para



Álvaro Dias defendeu a aprovação de projeto, de sua autoria, que impede a venda de ações da empresa

realizar com urgência a venda das ações, com a intenção de utilizar os recursos no pagamento de juros e serviços da dívida pública. Para o senador, porém, esse é um equívoco histórico.

— Os números falam por si. O governo pretende arrecadar apenas R\$ 8 bilhões com a venda do lote de ações. Os lucros da em-

presa nos próximos cinco anos serão de R\$ 78 bilhões. Só a parcela de lucro correspondente às ações chega a R\$ 10,2 bilhões, superior ao que será obtido pela venda. Se somarmos esse lucro ao valor das reservas correspondentes às ações, temos 62,3 bilhões de dólares — explicou o senador, salientando que o valor de mercado das reservas de petróleo da Petrobras chega a US\$ 433 bilhões, e o percentual correspondente às ações ordinárias é de US\$ 56 bilhões.

Segundo o parlamentar, a venda de 31,72% das ações serão suficientes para pagar somente um mês de serviços da dívida. Álvaro Dias lamentou ainda a pulverização da empresa, com a venda de vários de seus setores, o que, no seu entender, contradiz na prática uma carta enviada ao Senado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual a Petrobras não seria privatizada.

Para Marina, privatizações tiraram emprego e deterioraram os serviços

Com base em denúncias recebidas por seu gabinete, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que as privatizações realizadas pelo governo federal na década de 90 contribuíram significativamente para o aumento do desemprego. Além disso, ao invés de resultarem em melhoria na prestação dos serviços, vários setores privatizados têm sido objeto de número crescente de reclamações por parte dos usuários.

Um dos casos abordados pela senadora foi o da empresa Tecon Rio Grande, do Rio Grande do Sul, que teria reduzido drasticamente o número de funcionários após assumir o Porto de Rio Grande e tem caracterizado sua atuação pelo desrespeito aos direitos coletivos dos portuários. Entre outros casos de aumento do desemprego e queda na qualidade dos serviços prestados citados por Marina, estariam os da



Marina Silva vê perspectiva de agravamento da crise social se a política econômica não mudar

Teleacre, privatizada, e da Americel, que entrou no mercado após a privatização.

Na opinião da parlamentar, esse quadro só tende ao agravamento, a não ser que ocorram as "necessárias mudanças na política econômica do país".

Outro aspecto levantado por Marina como consequência do acelerado processo de privatizações dos anos 90 foi o do aumen-

to dos registros de acidentes de trabalho. Com o objetivo de unificar as ações de prevenção, de centralizar informações e iniciar um acompanhamento nacional das condições de trabalho, ela disse que seu gabinete prepara uma série de propostas destinadas a assegurar melhoria nas ações governamentais dirigidas para a redução dos acidentes de trabalho.

Requião protesta contra prisão de Lino Oviedo e apoio de FHC a Fujimori

A prisão do general paraguaio Lino César Oviedo pela Polícia Federal, no último domingo, em Foz do Iguaçu (PR), foi criticada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Feita a pedido do Supremo Tribunal Federal (STF), a prisão de Oviedo, na opinião do senador, é mais um gesto de apoio do Brasil e do presidente Fernando Henrique a "ditaduras e farsas eleitorais".

Oviedo, lembrou Requião, foi julgado por um tribunal militar criado pelo ex-presidente Juan Carlos Wasmosy com o fim de tornar o general ineleável. Condenado, foi preso e depois indultado pelo presidente Raul Cubas. O indulto foi cassado pela Corte Suprema por força de uma manobra dos opositores de Oviedo, conforme Requião. O senador lembrou que esses episódios se seguiram à absolvição do general pela Justiça do Paraguai.

— Oviedo nada deve à Justiça. Foi inocentado em segunda instância e a absolvição foi transitada em julgado. O recurso é irrecurável — disse.

O senador acredita que o general paraguaio esteja sendo perseguido

porque é contra a adesão do país à Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), projeto liderado pelos Estados Unidos. Para o senador, a Alca significará o fim das economias latino-americanas, já que estas não conseguiriam competir com a norte-americana.

— Recentemente, o presidente Bill Clinton passou um pito memorável nos brasileiros, dizendo que estávamos atrasando a instalação da Alca. Ora, o que é a Alca? É o último passo da colonização — disse Requião. Ele

observou que as Tarifas Externas Comuns (TECs) estabelecidas nos acordos do Mercosul permitiram o crescimento do comércio do Brasil com a Argentina, mas essas tarifas não garantiriam poder de barganha em relação aos Estados Unidos.

Requião também criticou o governo por impedir censura da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao "escândalo eleitoral" do Peru. O senador se referiu ao ato do congresso peruano nomeando Alberto Fujimori para a Presidência da República, reservando a eleição direta apenas para o vice-presidente.



Roberto Requião

Senador defende afastamento do PMDB do governo federal

O senador Roberto Requião informou ao Plenário que assinou, juntamente com o ex-presidente do PMDB, Paes de Andrade, moção pedindo que o partido deixe a base de sustentação do governo, por incompatibilidade total entre seus ideais e a política do presidente Fernando Henrique Cardoso. A moção está sendo encaminhada para votação em todas as convenções municipais do partido, que escolherão os candidatos a prefeito e a vice-prefeito, decidirão sobre coligações e formalizarão as chapas de vereadores.

— O rompimento com o governo Fernando Henrique é uma imposição da honra, da história e da vergonha na cara. Nada temos em comum com um governo que, nos últimos seis anos, estimulou de forma radical a mais brutal concentração de rendas de que se tem notícia no mundo — diz a moção.

No documento, os dois signatários lembram que o PMDB tem uma história de luta e se formou na resistência contra a ditadura militar. Não poderia, portanto, estar "ajoelhado aos pés" de Fernando Henrique. Deveria apresentar-se, sim, como o "partido da consciência nacional", instituição com 10 milhões de filiados e 18 milhões de simpatizantes.

Requião e Paes de Andrade pedem aos convencionais que se inspirem nos exemplos dos integrantes do partido que foram cassados, presos e assassinados em defesa dos princípios que nortearam o surgimento do partido.

— O PMDB sabe que Fernando Henrique não tem bandeiras e o que lhe resta é uma mortalha para oferecer aos candidatos que teimam em continuar aderidos ao seu governo — diz a moção.

Emilia defende presença feminina na política

Ao assinalar o cinquentenário da morte da feminista Alice Tibiriçá, senadora gaúcha afirma que participação das mulheres em todos os níveis da sociedade ainda é injusta, já que elas representam mais da metade da população



Emilia: houve aumento de mais de 100% nos mandatos conquistados por mulheres

A senadora Emilia Fernandes (PMDB-RS) defendeu uma maior participação das mulheres na política, já a partir das eleições municipais de outubro. Ela fez pronunciamento ontem em homenagem à feminista Alice Tibiriçá, pioneira da luta pelo voto feminino no Brasil, cujo cinquentenário de falecimento completou-se em 8 de junho:

— Somos mais da metade da população e, de certa forma, a luta de Alice Tibiriçá ainda se mantém presente e atual, pois a

presença das mulheres em todos os níveis da sociedade ainda é injusta, seja junto aos poderes políticos, ou mesmo no processo produtivo — ressaltou.

Emilia destacou o evento “Mulheres 2000”, organizado pela ONU e ocorrido recentemente em Nova York, no qual as senadoras Maria do Carmo (PFL-SE) e Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) representaram o Senado. O encontro mostrou que pelo menos 36 países já estabeleceram o sistema de

cotas para aumentar a participação feminina na política, com reserva de vagas para as mulheres entre 20% e 30% dos cargos eletivos.

Em 1996, quando a cota pela legislação brasileira era de 20% (hoje é de 30%), houve um aumento de vereadoras e prefeitas em mais de 100%. Apesar disso, lamenta a senadora, o avanço perceptível no campo legislativo não vem acompanhando em relação aos executivos.

Emilia relatou as conquistas decorrentes da luta de Alice de Toledo Tibiriçá, mineira nascida em Ouro Preto, em 1886, que, juntamente com Bertha Lutz, propôs ao então governador provisório de Getúlio Vargas, na década de 30, o voto feminino e a oficialização do segundo domingo de maio como o Dia das Mães.

Emilia lembrou que Alice teve atuação fundamental também nas campanhas do petróleo e do combate à hanseníase.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania*: Senadora Emilia Fernandes e José Vicente Goulart falam sobre a morte de Jango
7h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Melo fala sobre a defesa nacional
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Espelho das Águas — Araruama — RJ
9h — Comissão Assuntos Sociais (vivo)
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)
15h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
17h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (reapresentação)
20h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Melo fala sobre a defesa nacional
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Lago Após — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo) — Em seguida — Música e informação
15h — Comissão de Constituição e Justiça
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Comissão de Assuntos Sociais (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Gilvam diz que governo FHC trouxe “grande progresso econômico e social”

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou ontem o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, salientando que os cinco anos e meio de seu mandato trouxeram progresso na economia e no plano social. Ele afirmou que, ao apontar falhas, a oposição está apenas cumprindo seu papel político. “Mas até ela reconhece os avanços que os indicadores econômicos e sociais confirmam”, ressaltou.



Para Gilvam, “até a oposição reconhece os avanços”

Para Gilvam, com a implementação do programa de privatização, cresceram os ingressos de capitais internacionais no país, e o Brasil entrou efetivamente no mercado mundial como um jogador e parceiro respeitável e respeitado. Segundo ele, a despeito das incertezas e rupturas geradas pelo moder-

o que ora se implanta em todo o mundo, o Brasil manteve-se relativamente imune às crises, preservando a moeda, a estabilidade e o

crescimento.

Gilvam aplaudiu, ainda, a diplomacia brasileira, que tem se mostrado agressiva na defesa dos interesses nacionais, sejam eles comerciais, culturais ou políticos. “Temos hoje uma política exterior que prima por seu caráter pró-ativo”.

Ao finalizar seu pronunciamento, Gilvam Borges reconheceu que o governo tem falhas, sendo uma delas não ter dado um aumento ao funcionalismo público nos últimos seis anos. “Presidente, olhe um pouco mais para nós”, concluiu o senador pelo Amapá.

Melo debate conceitos de segurança na TV Senado

Para discutir os conceitos de segurança nacional e segurança interna, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) é o convidado de hoje ao programa *Entrevista*, que a TV Senado exibe às 7h30 e às 20h30.

Segundo Melo, encarar a segurança nacional como responsabilidade das Forças Armadas — desde que seja para defender o país contra o agressor externo — e a segurança interna apenas como um problema de polícia é “conceito completamente anacrônico”.

Apenas para exemplificar, Geraldo Melo informou que, desde 1945, ocorreram no mundo mais de 160 conflitos que mereceram a atenção internacional. Desses, pouco mais de 30 foram entre Estados diferentes.

Carlos Bezerra quer estender hidrovias até Barra do Garças

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a implementação da extensão da Hidrovia Araguaia-Tocantins até Barra do Garças (MT), avaliando que a medida contribuirá para combater o esvaziamento econômico do Vale do Araguaia, no qual o município está inserido. O



Bezerra: grandes áreas estão hoje cobertas com pastos

senador também propôs que o repasse dos recursos do Fundo do Centro-Oeste passe a ser feito diretamente aos produtores, por intermédio das cooperativas de crédito ou de bancos privados, sem a obrigatoriedade da intervenção do Banco do Brasil.

Segundo o senador, a microrregião, cujo centro é o município de Barra do Garças, já deteve a maior área cultivada do es-

tado, época em que foi a maior produtora de grãos e maior arrecadadora do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Carlos Bezerra disse que com a troca da agricultura pela pecuária, grande parte das áreas plantadas hoje está coberta com pas-

tagens:

— A consequência inevitável dessa transformação tem sido, como sempre, o êxodo rural, com a migração dos camponeses deslocados para os centros urbanos, seu empobrecimento e seu estabelecimento em favelas. Em seguida, caem a renda *per capita*, a arrecadação de tributos e as taxas de emprego — comentou Carlos Bezerra.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7



Ademir Andrade pede uma "conversação madura, conseqüente e produtiva"

Ademir conclama governo ao diálogo com servidor público

Ao defender uma mudança de postura por parte do governo federal diante da greve dos servidores públicos, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) conclamou o Executivo a dialogar e a conhecer a pauta de reivindicações dos grevistas, dando início a uma "conversação madura, conseqüente e produtiva". O senador lembrou que os servidores, em greve há 30 dias, já tiveram uma perda salarial de 64% em relação à inflação nos últimos cinco anos.

— Por força do Estado neoliberal que se implantou no Brasil, em que o valor humano é desprezado em favor da usura do capital, os servidores assistem, dia após dia, à corrosão implacável dos seus salários, em decorrência da inexorável e indiscutível desvalorização da moeda nacional, por mais de cinco anos — destacou.

Ademir Andrade repudiou a atitude do governo federal, "que vem se recusando a promover a revisão anual dos salários dos servidores públicos e se nega ao diálogo, cortando o ponto dos grevistas". Friou que os salários estão corroídos frente a aumentos generalizados das tarifas públicas, dos combustíveis e bens de consumo.

Referindo-se à argumentação do governo de que o desequilíbrio nas contas públicas o impede de conceder aumento salarial aos servidores, Ademir Andrade disse que o desequilíbrio se deve, entre outros fatores, a desvios ilegais e não aos salários dos servidores.

— O desequilíbrio é culpa do próprio governo, incompetente e omisso. Ninguém do governo cita desequilíbrio para manter o vergonhoso socorro a banqueiros corruptos e ardilosos, o que já levou ao nada bilhões do dinheiro público, em prejuízo do contribuinte — afirmou.

Arruda elogia acordo para aprovar restrição a armas

Senador afirma que o Legislativo "não está de braços cruzados ante a perplexidade geral e o clima de violência que toma conta do país"

A aprovação do projeto de lei que restringe o uso e o porte de armas de fogo no Brasil, ocorrida na manhã de ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi comemorada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) em pronunciamento no Plenário. Ele ressaltou a importância do entendimento entre os relatores da matéria, senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e Pedro Piva (PSDB-SP), na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que possibilitou a aprovação. "O Senado Federal não está de braços cruzados ante a perplexidade geral e o clima de violência que toma conta do país", afirmou o senador.

Arruda explicou que o projeto exclui da proibição do porte de armas de fogo moradores de área



Para José Roberto Arruda, o ideal seria não existir mais nenhuma fábrica de armas de fogo no país

rural, praticantes de esporte de tiro e colecionadores de armas antigas. O senador disse que não é uma solução individual que vai resolver o

problema da violência, mas um conjunto de medidas que serão tomadas uma a uma. Para ele, o ideal seria não existir mais nenhuma fábrica de armas de fogo no país, pois, para atender aos interesses desses fabricantes, alimenta-se uma guerra civil.

— Na CCJ, o senador Artur da Távola disse uma frase que resume tudo: "Para que serve um revólver? Para que serve uma arma de fogo? Só tem uma utilidade: matar, tirar a vida do ser humano". Com essa restrição, estaremos diminuindo, ao menos, o número de mortes geradas por discussões banais em que um dos envolvidos está armado — assinalou Arruda.

Dutra denuncia falsidade de ação judicial envolvendo Antonio Carlos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) repudiou ontem, em nome do Partido dos Trabalhadores, a distribuição de documentos falsos, sem autoria identificada, segundo os quais o deputado Jacques Wagner (PT-BA) estaria processando a Universidade Federal da Bahia, em virtude da concessão de aposentadoria ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Dutra disse que os documentos foram distribuídos em vários gabinetes do Senado e considerou a atitude "criminosa" e de cunho político.

Segundo o senador sergipano, ao tomar conhecimento da falsa ação Jacques Wagner procurou os autos e constatou, juntamente com sua advogada, Carla Maria Nicoline, que as assinaturas constantes do processo foram grosseiramente falsificadas. Ele afirmou que a falsa ação constitui crime de falsidade ideológica, e exigiu que a Justiça apure, com rigor, as responsabilidades.

José Eduardo Dutra acrescentando

que o objetivo da falsificação é denegrir a imagem política do deputado petista, que, além de ser candidato a prefeito de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, segundo maior município em arrecadação no estado, "pertence a uma agremiação política de corrente declaradamente oposicionista àquela a que pertencem os réus".

— O PT faz a luta em campo aberto. Mas nossas divergências políticas e ideológicas, seja com o senador Antonio Carlos Magalhães, seja com o PFL, seja com quaisquer partidos nessa Casa, estão colocadas de maneira clara e pública; e quando envolvem o Poder Judiciário, nós informamos que vamos encaminhar qualquer ação — salientou o senador.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ter deduzido de onde teria partido a falsa ação. Ele agradeceu a Dutra e ao deputado baiano por explicarem a questão, acrescentando



José Eduardo Dutra afirma que a falsa ação constitui crime e tem cunho político

ser um assunto ultrapassado, "há vários anos já arquivado e com ganho de causa em várias instâncias".

— Ninguém vai impedir que eu cumpra com meus deveres na presidência do Senado na apuração de delitos, sejam de quem forem. Acredito que todos possam ver nisso uma trama ligada a assuntos que o Senado tem que averiguar — concluiu Antonio Carlos Magalhães.

Jonas comenta Plano de Safras e defende setor agrícola forte

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) comentou ontem o Plano de Safras 2000/2001, anunciado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Segundo ele, está prevista pelo governo a aplicação de R\$ 11 bilhões na agricultura, valor 19% maior do que o da safra passada. O senador destacou que os financiamentos serão concedidos com taxas de juros fixas de 8,75% ao ano.

Jonas Pinheiro destacou, no Plano de Safras, a inclusão de recursos específicos para recuperação de pastagens degradadas, inicialmente nos estados do Tocantins, Goiás e Mato Grosso, no valor de R\$ 400 milhões. Também foram



Jonas destaca aumento dos recursos a serem aplicados

anunciados, entre outras iniciativas, a eliminação de exigências burocráticas para os financiamentos aos produtores, o aumento do limite de financiamento para culturas irrigadas e novos estímulos ao seguro rural privado.

Além dessas, o senador pediu ao governo a adoção de medidas que considera importantes, como pagamento de subsídios — determinados por lei — aos produtores de borracha natural; apoio à comercialização da safra de arroz 1999/2000 e o restabelecimento do pagamento da equalização dos custos aos produtores de cana-de-açúcar.

— O tempo passa, os problemas se avolumam e as soluções não se materializam. O governo precisa entender que o ajuste fiscal somente se consolidará se o setor agrícola se tornar economicamente forte e estável — afirmou o senador.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou as boas novas anunciadas pelo ministro da Agricultura e disse esperar que essas ações entrem efetivamente em prática, chegando a tempo e de maneira desburocratizada aos agricultores. Já o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que as medidas são uma maneira de interiorizar o desenvolvimento do país e de permitir que os pequenos agricultores se organizem.